

Entrevista com a psicóloga **Maria Helena Zamora** (CRP 05/12685), professora da PUC-Rio e colaboradora do CRP-RJ.

1) Do seu ponto de vista, o que são políticas públicas?

De uma forma bem simples, políticas públicas são as ações que os governos decidem fazer, decidem empreender, ou não empreender. O que eles priorizam, de que formas eles agem, a que grupos eles atendem, que problemas eles querem e podem resolver, e essas coisas, quando criam corpo, são as políticas públicas.

2) Qual é a diferença entre políticas públicas, políticas de Estado e políticas de governo?

Essa é uma discussão mais ampla. Poderíamos, num primeiro momento, pensar em políticas de Estado como as políticas definidas pela nossa constituição e todas as leis, normativas e recomendações complementares a ela. Agora, como os governos colocam em cena essas diretrizes ou não colocam é um outra discussão. Talvez pudéssemos fazer essa distinção num primeiro momento, mas essa é uma discussão mais densa.

Podemos pensar que as políticas públicas têm um desenho previsto e recomendado por vários sistemas, pela Constituição, por leis complementares, por normativas. Isso é parte das diretrizes do Estado, mas os governos – e isso tem a ver com grupos de interesses políticos - podem ou não seguir, podem ou não distorcer, podem ou não implementar. Mas sem dúvidas, há recomendações bem claras, há diretrizes bem previstas. Deixa-se de fazer por não se compreender o que é para fazer – a não ser que estejamos falando de incompetência. Mas o que vemos é uma falta de vontade política para fazer.

3) Como você vê a forma como as políticas públicas se dão no Brasil? O que poderia ser feito para melhorar?

Elas ainda se dão de forma segmentada, não integrada, não se operam ainda na intersectorialidade. Ainda se tenta passar os direitos como sendo favores, e isso facilita muito o reforço de uma forma política paternalista. Diz-se: “veja, eu dei 30 bolsas-família para os pobres”. Mas se é um caso em que a bolsa-família está recomendada, ele não fez mais do que sua obrigação. Não há mérito em cumprir a obrigação, é o que se espera. Dar uma bolsa qualquer, abrir uma escola, inscrever num programa não pode ser visto como bondade, como um presente, um favor, mas de uma maneira objetiva.

No Brasil, esses registros ainda se confundem, as ações ainda são muito segmentadas. Por exemplo, abre-se uma creche supostamente para atender as crianças de uma área grande, mas não há sistema de transporte. A creche poderia ser ocupada por 50 crianças, mas vai ficar com 10 porque no houve a integração das políticas. Ainda não há a mentalidade de pensar que os direitos não podem ser implementados de uma maneira segmentada. Só o setor da educação foi visto, mas e o transporte, a segurança, o direito à cultura, ao lazer, ao esporte, à liberdade, à dignidade? São muitos direitos aos quais correspondem diretrizes que vão dar uma linha de ação para as políticas.

Uma dessas linhas de ação que é preciosa e pouco implementada é essa integralidade e intersectorialidade. E isso acontece, principalmente, para reforçar uma mentalidade paternalista. O que é feito, é feito como se fosse um grande favor, e não é um favor.

Acho que houve melhora no últimos anos; cada vez mais caminhamos para uma gestão um pouco mais técnica. Os gestores começam a compreender essas diretrizes e acho que isso pode ser acelerado com o controle social, a participação de todos – a gente se metendo,

dizendo o que quer que seja feito, que grupos devem ser priorizados. É com o controle social que as políticas públicas vão se implementar com mais velocidade.

4) Que formas de participação nas políticas públicas a sociedade possui?

Uma delas é a participação em conselhos, como da saúde, mulher, criança e adolescente, idoso, integração racial; conselhos que, a todo momento, são portas abertas para a participação democrática direta dos cidadãos e dos órgãos que os representam. O controle social pode ser efetivado, por exemplo, quando o psicólogo participa de uma reunião do CRP e diz o que gostaria que o CRP fizesse. Aquilo fica discutido na própria reunião e, dali, delibera-se e tira-se um indicativo, uma diretriz, uma tese etc. E isso é levado a outra instância, e ele tem a comunicação de que aquilo foi levado. Então, isso é uma forma aberta de participação, via seu conselho profissional, seu sindicato e via participação dos conselhos de direitos, do qual podemos participar direta ou indiretamente. Diretamente, o cidadão pode ir na reunião, que é aberta. Ele pode também participar assinando um abaixo-assinado de alguma causa que lhe diga respeito, como o CRP tem o do Ato Médico. É importante assinar, posicionar-se, escrever aos deputados e senadores, dizendo de que forma queremos que seja votado. O controle social pode até ser feito de forma mais indireta, quando você publica uma carta comentando uma notícia de jornal, que a seu ver foi distorcida. Os controle social das políticas públicas é exercido principalmente nas ações dos conselhos, mas podemos ampliar a participação.

5) Como você vê a inserção da Psicologia nas políticas públicas?

Acho que é uma iniciativa que está começando, mas começando muito bem. É bem conduzida pelos conselhos, tanto o Federal quanto os Regionais; isso está se impulsionando.

A atuação deve ser tanto no espaço da promoção das políticas públicas, como desejamos que isso seja feito, como vamos discutir isso, quanto na participação do controle social, na defesa dos interesses.

Compreendemos que em políticas públicas é possível atuar tanto na promoção quanto na defesa, para assegurar e defender. Também podemos estar na parte de controle social, atuar numa formação mais interessante para o psicólogo.

O primeiro passo é o psicólogo se interessar pelas políticas públicas. A via das políticas públicas é a maneira que podemos encontrar de apressar esse processo de rompimento com as injustiças sociais, com a desigualdade, que é o nosso grande problema.

Hoje, por exemplo, quando discutimos violência, falamos da violência individual, mas não discutimos que processos sociais explicam razoavelmente essa violência. O psicólogo tem que pensar o que pode ser feito no campo das políticas públicas para que tal coisa não aconteça. Então, vejo com bons olhos ele pensar a questão da comunicação, dos transportes, da igualdade racial, da formação. Essas também são formas de discussão que vão acabar gerando contribuições para as políticas públicas. As próprias discussões colocadas pelo conselho são bastante pertinentes e o psicólogo pode se inserir, participar.

O psicólogo também pode participar com uma reflexão sobre o que estamos fazendo com nosso voto, o que estamos fortalecendo com isso, o que não estamos deixando crescer – escolher o candidato sempre pela proposta. Acho que há muitas formas de participarmos das políticas públicas, umas indiretas e outras bastante diretas: quando participo de um conselho, quando estou discutindo determinada situação, quando procuro saber qual situação na minha cidade dos abrigos, dos hospitais psiquiátricos, se as coisas estão funcionando, o que o governo tem feito, o que podemos fazer para que o orçamento seja público e transparente

etc. Acho importante chamar para a participação não somente profissional, mas também cidadã.

6) Como você vê a inserção da temática “políticas públicas” na formação dos psicólogos?

O psicólogo ainda não tem formação para trabalhar com políticas públicas. Ainda vemos isso como um campo quase estranho à formação do psicólogo, e espero que isso mude, que seja um passo a mais que possamos dar, incluindo políticas públicas no currículo. Isso pode ser feito prevendo disciplinas ou conteúdos dentro de disciplinas para essa discussão. O campo do psicólogo se ampliou extraordinariamente para esses setores de atendimento ao público, mas o modelo clínico consultorial infelizmente continua sendo, muitas vezes, o único que a universidade tem para oferecer. Isso é uma distorção e nada tem a ver com a realidade que vivemos. Por exemplo, o psicólogo é chamado para trabalhar no CRAS, entende que, pelo modelo clínico que ele tem aquela não é apropriado para ele – e realmente o modelo clínico nada tem a ver com aquela realidade. No campo da Assistência, no jurídico, no da Saúde, o psicólogo não entende qual é o seu lugar e qual é a sua atuação. A formação dele não incluiu esse tipo de discussão. É importante a constituição dessa comissão de estudantes no CRP. O CRP está ativamente promovendo essas discussões.